XI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA E
XXIX Semana de Iniciação Científica
Ciência, Inovação e Transformação Social no Semiárido
16 a 19 de Novembro de 2026
URCA-Universidade Regional do Cariri - Campus Iguatu
PRPGP- Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO: DESAFIOS ÉTICOS, LIMITES JURÍDICOS E GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Pedro Ytalo Caetano Duarte[1], Jonas Vinicius Pereira da Silva[2], Carlos Diego Benedito da Silva[3], Evanilson Ferreira Teixeira da Silva[4], Abrahao Antônio Pereira da Silva[5] , Winston De Araújo Teixeira[6]

Resumo: A transformação digital tem provocado mudanças significativas no funcionamento das instituições públicas, especialmente no Poder Judiciário, que passou a incorporar ferramentas de inteligência artificial para auxiliar na organização processual, na pesquisa jurídica e na execução de atividades administrativas. Nesse contexto, torna-se necessário investigar os limites jurídicos e éticos da utilização dessas tecnologias, considerando a proteção dos direitos fundamentais e a preservação das garantias processuais. O presente trabalho tem como objetivo analisar os benefícios e os riscos da aplicação da inteligência artificial no Judiciário brasileiro, com ênfase na transparência, na imparcialidade, no devido processo legal e na supervisão humana das atividades judiciais. A relevância da pesquisa decorre da necessidade de conciliar a modernização dos serviços jurisdicionais com a proteção dos cidadãos contra possíveis erros, discriminações algorítmicas e decisões insuficientemente fundamentadas. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. Serão examinados dispositivos da Constituição Federal de 1988, normas relacionadas à proteção de dados pessoais, a regulamentação do Conselho Nacional de Justiça sobre inteligência artificial e estudos acadêmicos pertinentes ao tema. A análise busca compreender de que maneira a utilização dessas ferramentas pode contribuir para a eficiência processual sem comprometer as garantias constitucionais dos jurisdicionados. Como resultados esperados, pretende-se identificar as principais possibilidades de utilização da inteligência artificial na atividade judicial, bem como os riscos decorrentes da falta de transparência dos

1 Universidade Regional do Cariri, e-mail: pedro.caetanoduarte@urca.br
2 Universidade Regional do Cariri, e-mail: jonas.pereira@urca.br
3 Universidade Regional do Cariri, e-mail: carlosdigo23@gmail.com
4 Universidade Regional do Cariri, e-mail: evanilson.teixeira@urca.br
5 Universidade Regional do Cariri, email:abrahao.silva@urca.br
6 Universidade Regional do Cariri, e-mail: winston.araujo@urca.br

ISSN 1983-8174



sistemas, da reprodução de vieses discriminatórios e da dependência excessiva de resultados automatizados. Busca-se, ainda, demonstrar a importância da supervisão humana, da possibilidade de revisão dos resultados e da responsabilização pelo uso inadequado dessas tecnologias. Conclui-se, como hipótese de trabalho, que a inteligência artificial pode representar um instrumento relevante para a modernização do Poder Judiciário, desde que sua implementação esteja submetida a mecanismos efetivos de controle, transparência e respeito aos direitos fundamentais. Assim, a inovação tecnológica deve funcionar como instrumento de apoio à atividade jurisdicional, sem afastar a responsabilidade humana e os princípios que legitimam a prestação da Justiça.

Palavras-chave: Inteligência artificial. Poder judiciário. Direitos fundamentais. Devido processo legal. Tecnologia jurídica.

ISSN 1983-8174